monitor político

macro research

14 de outubro de 2020

Álvaro Frasson
economia@btgpactual.com
@alvarosfrasson

Luiza Paparounis
luiza.paparounis@btgpactual.com

Destaques da Semana

O Congresso está em recesso esta semana devido ao calendário das eleições municipais. As discussões sobre propostas relevantes só devem ocorrer após o 2º turno das eleições.

O Senado tenta negociar com o governo a possibilidade de **votação da Lei do Gás** antes das eleições. Para que isso aconteça, o governo deve se comprometer a emitir decretos que se concentrem em incentivar usinas térmicas. Segundo o jornal Valor Econômico, o governo se comprometeu a apresentar uma versão desses textos até **19 de outubro.**

A sessão para **análise dos vetos presidenciais** está agendada para **4 de novembro**, mas em função da proximidade do 1º turno das eleições municipais é possível que seja postergada novamente.

O relator da **PEC Emergencial**, senador Márcio Bittar (MDB), afirmou na semana passada que entregará seu parecer à proposta – que contém os gatilhos de cortes de despesas e o programa Renda Brasil – após as eleições municipais.

Destaques da Semana

O prazo para aprovação da matéria ainda este ano será curto. O mais provável é que a conclusão da votação da proposta ocorra apenas em 2021.

Quanto à **Reforma Tributária**, a Comissão Mista que trata das propostas foi prorrogada até 10 de dezembro. Assim, é improvável que a matéria seja votada pela Comissão Especial da Câmara em 2020. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse na semana passada que a prioridade da Câmara este ano será a **PEC emergencial.**

Com o tempo curto para o avanço de propostas relevantes, como a PEC Emergencial, e diante da possibilidade da Comissão Mista Orçamentária (CMO) não conseguir concluir a votação da LOA (Lei Orçamentária Anual) até dezembro, lideranças do Congresso discutem a **possibilidade de cancelar o recesso parlamentar no mês de janeiro**.

Essa estratégia de suspender o recesso é recorrente e raramente funciona.

Vetos Presidenciais

- A sessão do Congresso para análise dos vetos presidenciais está prevista para dia 4 de novembro, mas em função da proximidade do 1º turno das eleições municipais é possível que seja postergada novamente.
- Os mais relevantes são:

(i) o que trata da extensão da desoneração da folha para 2021 (deve ser derrubado); e

(ii) o que trata do marco legal do saneamento (alto risco de derrubada, mas diversos parlamentares, incluindo o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, têm afirmado que será mantido).

PEC Emergencial

(PEC 186/19)

- Na última semana, o relator da proposta, senador Márcio Bittar (MDB), afirmou que entregará seu parecer à PEC Emergencial, que contém os gatilhos de cortes de despesas e o programa Renda Cidadã, apenas após as eleições municipais.

- O prazo para aprovação da matéria ainda este ano será curto – o 2º turno das eleições municipais ocorrerá em 29 de novembro e o Congresso entrará em recesso no dia 23 de dezembro.

- O mais provável é que a conclusão da votação da proposta ocorra apenas em 2021.

Reforma Tributária

- Dada a redução do ritmo de trabalho no Congresso por conta das eleições municipais, o presidente da Comissão Mista da Reforma Tributária, senador Roberto Rocha estenderá os trabalhos do colegiado até 10 de dezembro.

- Assim, é pouco provável que a matéria seja votada na Comissão Especial da Câmara em 2020.

- Rodrigo Maia afirmou na semana passada que a prioridade da Câmara este ano será a PEC Emergencial.

Incentivos fiscais para o desenvolvimento regional

(MP 987/20)

- Na última semana, o Senado aprovou a MP 987, que cria incentivos fiscais (crédito presumido do IPI e ressarcimento do PIS/Pasep e Cofins) de 2021 a 2025 a montadoras e fabricantes de veículos instaladas ou que venham a se instalar nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
- A matéria seguiu para sanção presidencial.

Orçamento de 2021

- Diante da disputa pela presidência da Comissão Mista de Orçamento (CMO), sua instalação, prevista para última terça-feira (6), foi cancelada.

- Ainda não há nova data para a retomada da Comissão. Tendo em vista a possibilidade da CMO não conseguir concluir a votação da LOA (Lei Orçamentária Anual) até dezembro e o tempo curto para se avançar com propostas relevantes, como a PEC Emergencial, lideranças do Congresso discutem a possibilidade de cancelar o recesso parlamentar no mês de janeiro.

- Essa estratégia de suspender o recesso é recorrente e raramente vinga.

PROCESSO DE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

	Proposta de Emenda à Constituição (PEC)	Lei Ordinária (PLO)
Votos necessários para aprovação	**3/5** (308 deputados federais e 49 senadores)	**Maioria Simples** (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)
Tramitação	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)[1] ⌄ Comissão Especial (CE) ⌄ 2 turnos na Câmara dos Deputados ⌄ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ)[3] ⌄ 2 turnos no Senado ⌄ Promulgação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva[2]) ⌄ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)[1] ⌄ 1 turno na Câmara dos Deputados ⌄ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva[2]) ⌄ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ)[3] ⌄ 1 turno no Senado ⌄ Sanção (ou veto) presidencial

PROCESSO DE TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

	Lei Complementar (PLC)	Medida Provisória (MP)
Votos necessários para aprovação	**Maioria Absoluta** (257 deputados federais e 41 senadores)	**Maioria Simples** (+ de 50% do total de votos, excluindo abstenções. A maioria absoluta deve estar presente para ocorrer a votação)
Tramitação	Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva[2]) ⌄ Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)[1] ⌄ 1 turno na Câmara dos Deputados ⌄ Comissões Temáticas (pode ter natureza conclusiva[2]) ⌄ Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ)[3] ⌄ 1 turno no Senado ⌄ Sanção (ou veto) presidencial	Comissão Mista ⌄ 1 turno na Câmara dos Deputados ⌄ 1 turno no Senado ⌄ Sanção (ou veto) presidencial

disclaimer

Este relatório foi preparado pelo Banco BTG Pactual S.A ("BTG Pactual S.A.") para distribuição somente no Brasil, sob circunstâncias permitidas pela regulamentação vigente. BTG Pactual S.A. é o responsável pela distribuição desse relatório no Brasil. Nada nesse relatório constitui indicação de que a estratégia de investimento ou recomendações aqui citadas são adequadas ao perfil do destinatário ou apropriadas às circunstâncias individuais do destinatário e tampouco constituem uma recomendação pessoal. Este relatório possui caráter informativo, não constitui material promocional e não foi produzido como uma solicitação de compra ou venda de qualquer ativo ou instrumentos financeiros relacionados em qualquer jurisdição. Os dados que aparecem nos gráficos referem-se ao passado, a rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura. Os preços e demais informações contidas neste relatório são críveis e dignas de confiança na data de publicação do mesmo e foram obtidas de uma ou mais das fontes que seguem: (i) fontes expressas ao lado da informação; (ii) preço de cotação no principal mercado regulado do valor mobiliário em questão; (iii) fontes públicas confiáveis; ou (iv) base de dados do BTG Pactual S.A. Nenhuma garantia ou declaração, tanto expressa quanto implícita, é provida em relação à exatidão, abrangência ou confiabilidade das informações aqui contidas, com exceção das informações referentes ao BTG Pactual S.A., suas subsidiárias e afiliadas. Também não tem o intuito de ser uma declaração completa ou um resumo sobre os ativos, mercados ou estratégias abordados no documento. Em todos os casos, investidores devem conduzir suas próprias investigações e análises antes de proceder ou deixar de proceder qualquer ação relacionada aos valores mobiliários analisados neste relatório. BTG Pactual S.A. não se responsabiliza assim como não garante que os investidores irão obter lucros. BTG Pactual S.A. tampouco irá dividir qualquer ganho de investimentos com os investidores assim como não irá aceitar qualquer passivo causado por perdas. Investimentos envolvem riscos e os investidores devem ter prudência ao tomar suas decisões de investimento. BTG Pactual S.A. não tem obrigações fiduciárias com os destinatários deste relatório e, ao divulgá-lo, não apresenta capacidade fiduciária. O presente relatório não deve ser considerado pelos destinatários como um substituto para o exercício do seu próprio julgamento. Opiniões, estimativas e projeções expressas aqui constituem o julgamento atual do analista responsável pelo conteúdo deste relatório na data na qual foi preparada e por isso, está sujeito a mudanças sem aviso e pode diferir ou ser contrário a opiniões expressas por outras áreas de negócios ou grupos do BTG Pactual, BTG Pactual S.A. e suas afiliadas ou subsidiárias como resultado do uso de diferentes hipóteses e critérios. Preços e disponibilidade de instrumentos financeiros são apenas indicativos e estão sujeitos a mudanças sem aviso. A análise contida aqui é baseada em diversas hipóteses. Diferentes hipóteses podem ter resultados substancialmente diferentes. A metodologia de análise realizada nesse relatório, definida pelo analista signatário do presente relatório, busca identificar os movimentos históricos nos preços dos ativos, observando oportunidades de curto prazo e seguindo conceitos de linhas de tendência, médias móveis, figuras gráficas, equilíbrio, resistência, suporte, entre outros. Não se confunde, portanto, com a Análise Fundamentalista tradicionalmente divulgada por outros analistas do Banco BTG Pactual S.A., baseada em metodologia e premissas distintas, podendo apresentar recomendações divergentes das aqui expostas para o mesmo ativo avaliado. Cada investidor deve, portanto, analisar cada relatório de forma independente. Os analistas responsáveis pela preparação deste relatório podem interagir com a mesa de operações, mesa de vendas e outros departamentos, com o intuito de reunir, sintetizar e interpretar informações de mercado. BTG Pactual S.A. não está sob a obrigação de atualizar ou manter atualizada a informação contida neste relatório.

macro research

Álvaro Frasson
economia@btgpactual.com
@alvarosfrasson

Luiza Paparounis
luiza.paparounis@btgpactual.com